



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,47% São Paulo	137.881 23/5 26/5 27/5 28/5	R\$ 5,695 (+ 0,88%)	22/maio 5,661 23/maio 5,645 26/maio 5,675 27/maio 5,645	R\$ 1.518	R\$ 6,430	14,65%	Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43

ARRECADAÇÃO

Governo é pressionado a derrubar decreto do IOF

Haddad ouviu de parlamentares que precisa revogar a medida, sob pena de perder para um decreto legislativo. Ontem também foi a vez de o ministro receber queixas do setor financeiro, que prevê elevação do custo do crédito de até 40%

» RAPHAEL PATI
» EDLA LULA

Quando por pressões que surgem de todos os lados, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, terá que fazer novas alterações no decreto anunciado, na semana passada, com mudanças nas alíquotas do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF). Ontem, foi a vez do setor financeiro e do Congresso Nacional apresentarem cálculos dos efeitos negativos da medida, que já havia sido modificada, logo após o seu anúncio, na quinta-feira.

O discurso do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), antes mesmo de se encontrar com Haddad, na reunião que ocorreu à noite, deu o tom de como seria a conversa. “Que este exemplo do IOF, dado pelo governo federal, seja a última daquelas decisões tomadas pelo governo tentando, de certo modo, usurpar as atribuições legislativas do poder Legislativo”, disse ele, na sessão do Plenário, numa demonstração de que o Congresso estaria disposto a derrubar mais essa medida do governo.

Pela manhã, Haddad e a equipe econômica se reuniram com o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney e dirigentes de alguns dos maiores bancos privados do país, que destacou os impactos especificamente para contratação de crédito pelas empresas. De acordo com o representante dos bancos, as medidas podem causar uma elevação entre 14,5% e 40% nas operações de curto prazo. Ele também disse que a Febraban considera a proposta um equívoco do governo federal e que o equilíbrio das finanças públicas não deveria se dar por meio do aumento de impostos.

“Nós gostaríamos muito que essa medida fosse revisitada. Agora, essa é uma decisão não só política, mas também técnica

Jonas Pererira/Agência Senado



Antes de seguir para a reunião com Haddad, Davi Alcolumbre, criticou o governo por aumentar impostos, como o IOF, sem negociar com o Legislativo

e nós continuaremos a dar subsídios para que possamos revisar esse aumento e tirar esse custo, que não é só do crédito, esse é um custo, inclusive, da produção, do investimento e do consumo”, disse o executivo a jornalistas, na saída da reunião.

O decreto do governo federal também estabelece mudanças em operações de previdência e câmbio. No entanto, o presidente da Febraban disse que apenas o tema do crédito para empresas foi tratado durante o encontro. Na visão da entidade, as micro, pequenas e médias empresas devem sentir

maior impacto com as mudanças, por demandarem mais linhas de curto prazo, no geral.

“Nossa preocupação foi focar exatamente em um conjunto de medidas que pudesse convencer o Ministério da Fazenda a revisar esse aumento, porque o custo no crédito, de fato, tem um impacto bastante relevante”, completou Sidney.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse que o governo e a equipe econômica ainda estão abertos para debater sobre as mudanças no IOF com outros setores. Após a reunião com a Febraban,

ele disse a jornalistas que a equipe econômica ainda segue em diálogo para estudar possíveis alternativas.

“A gente tem feito várias conversas, com vários setores, vários interessados do governo, do Congresso Nacional, e sempre muito disposto a atender, nas nossas premissas, a gente fazer as revisões, ajustes e estudos necessários”, disse Durigan, que considerou ser natural que haja o debate.

“A orientação que eu tenho, tanto do Planalto quanto do ministro Fernando Haddad, é a gente fazer o diálogo no Congresso,

apresentando as nossas razões, justificando, a gente tem hoje durante o dia algumas reuniões que vão acontecendo e a oportunidade de mostrar, discutir, poder entender quais são as demandas que têm chegado”, disse o número dois da Fazenda.

Sobre a articulação com deputados e senadores, o secretário disse que o governo não cogita alterar as emendas parlamentares para reverter alguns pontos no decreto sobre o IOF e que a função do Executivo é executar o Orçamento e fazer bloqueios e contingenciamentos, para cumprir a meta fiscal.

» Aprovado projeto que eleva salário de servidores

O Senado aprovou ontem o projeto que promove reajuste de salário para servidores do Executivo federal. Também há no texto a reestruturação de carreiras, a criação e a transformação de cargos, além da unificação de gratificações. O PL 1.466/2025 segue para sanção presidencial. O relator Rogério Carvalho (PT-SE), que rejeitou as 61 emendas, afirma que o texto aprovado é de interesse público por uniformizar regras de remuneração e estruturação de carreiras e cargos públicos. Ele informou que houve negociação do Ministério da Gestão e da Inovação com representantes de quase todas as carreiras da administração direta e indireta

Decretos legislativo

No Congresso Nacional, onde há forte resistência à elevação do IOF, haverá, hoje, reunião de líderes, tanto no Senado quanto na Câmara para tratar do assunto. Nas duas casas há propostas de decretos legislativos para derrubar a decisão do governo.

Por isso, ontem à noite, Haddad foi à Residência Oficial da Câmara dos Deputados, onde discutiu com Alcolumbre e com o anfitrião, Hugo Motta (Republicanos-PB) possíveis alternativas. Também participaram da reunião, os líderes do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e da Câmara, José Guimarães (PT-CE), além da ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.

AGRONEGÓCIO

Fávaro minimiza impacto da gripe aviária nas exportações

» RAFAELA GONÇALVES

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, afirmou ontem que o caso de gripe aviária registrado no Rio Grande do Sul teve um impacto comercial no Brasil, mas garantiu que a situação está controlada. Segundo ele, dos 160 mercados que o país exporta carne de frango brasileira, 128 países continuam comprando o produto “completamente abertos” e “sem nenhuma restrição”.

“Estamos no quinto dia do vazio sanitário, da completa desinfecção da granja, no caso acontecido, e toda a robustez e as informações prestadas com transparência, todas as investigações”, disse, em audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da

Câmara dos Deputados.

O objetivo do convite foi que o governo prestasse esclarecimentos sobre as ações adotadas em relação aos preços dos alimentos. Fávaro não comentou sobre o caso em ave silvestre confirmado na véspera, na zona rural do município de Mateus Leme, região metropolitana de Belo Horizonte.

Um novo caso da doença foi confirmado em um animal silvestre em Montenegro, no Rio Grande do Sul, município em que foi registrada a confirmação do único caso em granja comercial registrado até o momento no país, em 15 de maio. Na tarde de ontem, o Zoológico de Brasília também foi fechado para investigar uma suspeita após a morte de duas aves.

O Ministério da Agricultura descartou uma suspeita em

granja comercial em Aguiar-nópolis, no Tocantins. Até hoje, o Brasil teve apenas uma ocorrência de gripe aviária em granja comercial, que levou à suspensão das importações. O ministro atualizou para 24 o número de países que interromperam a compra de carne de aves do Brasil.

Nesta atualização mais recente, Kuwait suspendeu a importação de carne de frango de todo o território brasileiro. Já a Macedônia do Norte ampliou sua restrição do estado do Rio Grande do Sul para todo o Brasil. Por sua vez, a Namíbia flexibilizou sua medida, restringindo agora apenas ao estado do Rio Grande do Sul.

Outros 13 suspenderam as importações de frango proveniente apenas do estado e restringiram as compras de um raio de 10 km

do foco onde a gripe aviária foi detectada. “Isso gera impacto? Gera. Mas não é algo exagerado, porque 70% da produção brasileira fica no mercado interno, 30% destinado à exportação. Dos 30%, como disse, 128 países estão completamente abertos, estão comercializando com naturalidade, sem nenhuma restrição. E 13 países restritos somente ao Rio Grande do Sul”, destacou. Fávaro, afirmou, ainda, que a pasta começou negociações com importadores para flexibilizar a restrição ao frango do Brasil. “Começamos o diálogo para diminuir as restrições às exportações do frango brasileiro. Quando completarmos o vazio sanitário de 28 dias, o foco total será na liberação dos embargos ao frango.”

Leia mais na página 13.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Fávaro falou na Comissão de Agricultura e Pecuária da Câmara